

Econ. Brasil

19 MAI 1982

BANCOS ESTRANGEIROS

“Abertura do mercado nacional favoreceria os tomadores”

por Célia de Gouvêa Franco
de Brasília

A abertura do mercado bancário brasileiro à livre entrada de bancos estrangeiros certamente aumentaria a competição entre as instituições financeiras, beneficiando os tomadores de empréstimos. Não que

os bancos internacionais sejam mais eficientes ou competentes que os brasileiros, mas maior competitividade favoreceria as empresas que buscam crédito.

Essa defesa do ingresso dos bancos estrangeiros no Brasil foi feita, ontem, por John F. McGillicuddy, presidente do conselho de admi-

nistração do Manufactures Hanover Bank, o quarto banco norte-americano e o único entre os cinco maiores que ainda não tem uma participação direta no mercado bancário. Sua única empresa no Brasil é a Manufactures Hanover Arrendamento Mercantil, a maior companhia de “leasing” operando no País.

McGillicuddy, que esteve ontem com o presidente João Figueiredo, com o ministro Ernane Galvão, da Fazenda, e com o presidente do Banco Central, Carlos Langoni, explicou que, nos seus encontros com as autoridades monetárias, expôs o interesse do seu banco em abrir uma agência no País. Não foi nem encorajado nem desencorajado, disse. Também não solicitou formalmente permissão para instalar uma agência ou exerceu nenhuma pressão nesse sentido. Apenas, garantiu, manifestou o firme interesse do banco em operar diretamente no Brasil, preferencialmente através de uma agência, e não por intermédio de uma participação de algum banco brasileiro — a fórmula encontrada pelo Morgan Guaranty Trust, o quinto maior banco dos EUA; que recentemente comprou 33% do banco de investimento Inter-Atlântico.

O interesse em ter uma agência no Brasil seria justificado pelo pesado volume de empréstimos já concedido ao País — bem mais do que US\$ 1,25 bilhão — e pela confiança do banco nas suas potencialidades

econômicas. Seria elogiável, inclusive, a rápida reação do governo brasileiro aos problemas provocados pelos dois choques de petróleo. Assim como seria “madura e sábia” a administração da dívida externa brasileira.

A preferência em pagar “spreads” mais elevados por causa de suas exigências de prazos mais longos do que o usual — o mínimo aceito pelas autoridades brasileiras é de oito anos — estaria ajudando o Brasil a enfrentar com tranquilidade períodos de incerteza nos mercados financeiros internacionais. McGillicuddy lembrou, como exemplo, o caso da cidade de Nova York, que pagava taxas bem reduzidas pelos seus empréstimos, mas com um prazo muito curto, e, por ter dificuldade em “rolar” a dívida, quase faliu.

Nos mercados internacionais, o Brasil poderia esperar uma queda das taxas de juros. O Manufactures Hanover está trabalhando com três hipóteses diferentes de tendência da “prime rate” (taxa básica nos EUA), conforme os cortes a serem feitos nas despesas governamentais, atualmente em discussão no Congresso. Seu presidente diz que é otimista e espera que o bom senso prevaleça, com uma redução das taxas. O atual nível elevado dos juros não seria prejudicial apenas aos países em desenvolvimento, mas também aos industrializados e mesmo aos bancos, preocupados com a saúde financeira de seus clientes.